



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
SERVIÇO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E USO PÚBLICO

Avenida Marechal Rondon, 996, - Bairro Aeroporto Velho - Itaituba - CEP 68181-010

Telefone: (93) 3518-3481

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TAPAJÓS,
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2023**

Às nove horas e dezenove minutos da manhã do dia vinte e quatro de fevereiro de 2023, no auditório da Faculdade de Itaituba (FAI), localizado na Av. Gov. Fernando Guilhon, 895 - Jardim das Araras, Itaituba - PA, 68180-110, a servidora Carolina de Nazaré Aleixo Fidellis Marcelino, se apresentou como chefe do Serviço de Gestão Socioambiental e Uso Público e deu boas-vindas aos participantes. Em seguida, o servidor Gleison Freitas se apresentou, informando que ele e a servidora Lívia Coelho (que estava presente por meio de videoconferência) estão sob ordem de serviço para a construção do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Tapajós (APA do Tapajós). Em seguida a servidora Adriana Lima se apresentou como Coordenadora substituta da Unidade Especial Avançada – Itaituba (UNA – Itaituba). A servidora Carolina, destacou os objetivos da reunião: Revisar e consolidar a lista de participantes da oficina de elaboração do Plano de Manejo; e Apresentar e discutir as propostas de zoneamento e normas para o Plano de Manejo da APA do Tapajós. E também, apresentou a programação do dia e os acordos para boa convivência da reunião, principalmente a necessidade de se manter o foco. Carolina destacou que, na última reunião, foram indicados os Grupos de Trabalho para a construção do Plano de Manejo (produção rural, florestal, indígenas e populações tradicionais, comunidades, regularização fundiária e mineração e garimpo), bem como os seus respectivos representantes. Carolina também informou que no mês de março de 2023 será realizada uma Assembleia para a escolha do representante do povo Munduruku. Em seguida, Gleison apresentou o cronograma dos cinco dias da oficina de Plano de Manejo, a ser realizada no mês de Abril de 2023. Gleison apresentou os componentes do Plano de manejo (propósito, declaração de significância, recursos e valores fundamentais a serem protegidos, objetivos e etc.), dando exemplos de outras Unidades de Conservação-UCs para facilitar a compreensão (Parque Nacional da Amazônia, APA Delta do Parnaíba, APA da Baleia Franca e etc.). O servidor apresentou o Guia do Participante da oficina de construção desse instrumento de gestão, destacando que deste momento participativo sairá as propostas para o Plano de Manejo, que será consolidada pela equipe de planejamento do ICMBio. Gleison destacou que o papel do ICMBio na oficina é moderar as discussões e que parte da equipe ficará como participante apenas. Gleison ressaltou que no Plano de Manejo são colocados os assuntos que serão prioridades de gestão, de acordo com as especificidades da UC. Gleison explicou que o processo de zoneamento (tipos e grau de intervenção, objetivos, atividades permitidas e normas) seria importante para definir as normas de usos diferenciados de cada parte da APA (e normais gerais da UC). Gleison ressaltou que tudo que será incluído dentro do Plano de Manejo deve estar dentro da legalidade. A servidora Carolina usou o exemplo do Termo de Compromisso que está sendo construído no Parque Nacional do Jamanxim com os pescadores para destacar a questão da importância de garantir os direitos das pessoas, mas sob a legalidade da legislação ambiental brasileira. Gleison fez uma pausa para destacar a presença e dar as boas-vindas para o presidente da Câmara de Vereadores de Itaituba Dirceu Biochi, para Bruno Rolim o secretário de Meio Ambiente e Mineração de Itaituba, Valmir Clímaco o Prefeito de Itaituba e para o Prefeito de Novo Progresso, Gelson Dill. Gleison continuou compartilhando que as propostas trazidas pelos grupos de trabalho até o momento são principalmente para: zona populacional, zona urbana e industrial e zona de produção. Júlia, representante da GANAGOLD pediu a fala para manifestar o interesse para participar no grupo de trabalho sobre garimpo e mineração. Gleison respondeu que a

apresentação das propostas é um momento prévio à oficina e que não há impedimento para a solicitação da GANAGOLD. Alison, da Secretaria de Meio Ambiente e Mineração-SEMMAM Itaituba, questionou se há algum acordo ou diálogo com o INCRA e ITERPA para realizar a regularização fundiária nas áreas a serem zoneadas. Carolina e Gleison informaram que as relações com essas entidades estão sendo estreitadas, sendo convidadas para todas as reuniões. Gleison deixou o encaminhamento para se continuar convidando essas entidades. Gleison completou que a APA tem uma restrição de que apenas as áreas ocupadas antes de 2006 podem ser candidatas a regularização fundiária. Gleison destacou que questionou o INCRA em uma reunião anterior, na ocasião a entidade destacou a necessidade de que a área alvo da RF tenha objetivo de atividades de agropecuária, sendo que os direitos minerários estão a cargo da Agência Nacional de Mineração. Gleison pediu que os presentes ajudem a cobrar ao ITERPA para informar sobre os títulos emitidos dentro da APA, pois isso tem sido pedido pelo ICMBio a meses, mas sem obter resposta. Gleison também informou que solicitou que o INCRA fique mais próximo do processo da APA para que se fique bem definido dentro do Plano de Manejo a questão Fundiária. Vânia, da comunidade Três Feijões, disse que as pessoas da sua comunidade e da comunidade São Raimundo devem se reunir para discutir as normas e que a sua comunidade tem interesse em se inserir no processos. Gleison destacou que a participação dessas duas comunidades é muito importante. Aritana, do Cuiu-Cuiu, convidou os presentes para participar de um grupo sobre a produção de cacau e pimenta-do-reino. Gelson, prefeito de Novo Progresso, disse que muitas pessoas de seu município estão ligadas a APA e que já participa do processo das UCs há muitos anos (como na FLONA de Altamira). Gelson continuou destacando que a existência da reserva garimpeira (ato normativo e legal do governo federal, destacou) não pode ser ignorada no processo, pois a mesma estaria sobreposta em 100% a APA do Tapajós (assim como é o caso de outras UCs da região). Se isso for considerado, segundo ele, o zoneamento da APA será totalmente como Zona Divergente. Ele questionou sobre o que o ICMBio está fazendo sobre a questão da anuência das atividades minerárias que já foram legalizadas pelas SEMMAM do município (pois houveram operações de fiscalização recentes). Ele se deixou à disposição para participar do processo, dada a sua experiência com a criação de Planos de Manejo. Carolina acolheu a observação, concordando com a importância de se observar a legalidade do processo, mas que deve-se, no momento, focar nos objetivos da reunião. Gleison pediu que a prefeitura apoie o processo de ajudar a trazer o sindicato dos garimpeiros de Novo Progresso para as discussões do Plano de Manejo da APA. Adriana esclareceu, sobre a questão do licenciamento de mineração dentro das UCs, que a anuência da emissão de licenças pelos órgãos ambientais responsáveis deve ser feita pelo ICMBio. Adriana informou que foi construído um termo de referência em conjunto com as secretarias municipais de meio ambiente para resolver essa questão (setembro de 2022). Ela disse que a intenção era que as secretarias municipais publicassem uma Instrução Normativa para a emissão de PLGs. E que o ICMBio deveria emitir a Autorização de Licenciamento Ambiental (ALA). No entanto, apenas um permissão foi pedida (devido a uma solicitação do empreendedor interessado), mas a SEMMAM-Itaituba não fez a solicitação formal de ALA então o processo foi indeferido. Adriana destacou que é importante que tudo ocorra de forma legal. Leticia, do Movimento Garimpo Legal, destacou que os garimpeiros devem ser considerados “povo tradicional” no processo e do Plano de Manejo. E que quanto maior a floresta, maior a pobreza. Leticia pediu para ser incluída em algum grupo, que algumas áreas devem ser recuperadas e que deve ser levada em conta a base social na emissão de licenças ambientais. Antônia, da comunidade Palhal, estava trabalhando legalmente segundo ela (com a Licença de Operação-LO e Permissão de Lavra Garimpeira-PLG) e que sua terra (comprada) foi invadida por madeireiros. Que concorda que tentou trabalhar com limites legais mas foi invadida. A servidora, Lívia (on-line), lembrou que o foco das perguntas deve ser sobre o processo de construção do zoneamento. Lívia destacou que a questão garimpeira está sendo acolhida no processo, inclusive por meio da mobilização das comunidades realizadas no ano de 2022. Continuou destacando que o papel do ICMBio é orientar tecnicamente o processo de construção do Plano de Manejo. Mesmo após o Plano de Manejo ser consolidado, algumas questões podem precisar de planejamentos específicos (regularização fundiária, mineração e garimpo) e que questões sociais (saúde e educação) são de responsabilidade de outros órgãos e não do ICMBio, pois a gestão de uma APA é feita como cogestão. Andreia, da SERABI-Mineração informou que a empresa tem interesse em participar do GT de Garimpo e Mineração. Ela também questionou se a “Autorização Direta” vai ser utilizada na APA. O senhor Antunes destacou que essa é uma oportunidade de se observar a legalidade ao longo de todo o processo. Ele compartilhou que participou das discussões do plano BR 163 Sustentável, e que na época eles exigiram que a Reserva Garimpeira (que ele informou ser uma cláusula Pétreia) (2.8 milhões hectares) deveria ser mantida em sua integridade para acolher garimpeiros de diversas regiões (como de Serra Pelada). Ele lembrou que foi permitida a mineração das áreas de sobreposição com a Reserva Garimpeira nas FLONAS do Jamanxim e do Crepori. As demais áreas ficaram sobrepostas a APA. Após a expansão do PARNA do Jamanxim (2016), uma parte desta UC também ficou sobreposta a Reserva Garimpeira. Logo é importante se garantir o respeito da área da Reserva Garimpeira no processo da APA. Foi dada uma pausa

para o *coffe-break* às 10:45, retornando às 11:00h. Após, cada GT teve 15 minutos para apresentar as propostas de zoneamento. Gleison lembrou que as propostas são prévias. O GT da Mineração e Garimpo (Luciane e Guilherme, do Instituto de Desenvolvimento Mineral do Tapajós), disseram que foram as comunidades da APA para construir as propostas de zoneamento. Na ocasião foi feito o diagnóstico socioeconômico dessas comunidades, sendo que todas as reuniões foram registradas em ata. Eles trouxeram as seguintes propostas no formato de um relatório. Luciane, apresentou as normas no GT para a região do Creporizão: o zoneamento deve ser considerado como zona de produção (rural, pecuária, mineração), dada as características das comunidades dessa região. Normas gerais: deve se ter cuidado com o uso do mercúrio e as atividades de garimpo no rio Crepori deve ser feita por pessoas filiadas a alguma cooperativa (devendo as áreas utilizadas serem recuperadas). Guilherme apresentou as normas no GT para outras 06 comunidades: três zonas populacionais, uma zona sem população, mas com propostas futuras de instalação de estruturas e uma zona no Curimã, todas com raio de 3 km para instalação futura de indústrias de beneficiamento de produções, como o palmito. Assim consolidaram suas propostas como: Zona populacional, zona urbana industrial e zona de produção (para mineração e outras atividades). Na comunidade São José, foi solicitado que na área do Rio Pacu deve-se ter um zoneamento mais restrito (sem mineração, mas com permissão de usos como a pesca), bem como na área da Porto Rico que tem a intensão de se preservar nascentes de água. Guilherme completou que o zoneamento deve ser misto, pois será complicado excluir alguma atividade que está sendo desenvolvida. Ele disse que a posição do instituto é que seja feita apenas uma zona mista em toda APA, pois a mesma está sobreposta a Reserva Garimpeira, devendo ser permitida a emissão de licenciamento ambiental. Ele ainda destacou que o local para se definir questões de mineração é na ANM. Ele destacou que não adianta fazer um zoneamento excluindo alguma atividade, pois haverá continuidade das atividades de forma ilegal. Guilherme disse que eles iriam enviar o *shapefile* com a proposta de zoneamento. Luciane reforçou a necessidade de se manter a marcação de áreas de produção, para se garantir as atividades econômicas da região, devendo-se sempre considerar a importância da mineração para as famílias. Ela disse que será apresentada na Oficina uma reportagem que diz que 69% da região de Itaituba vive diretamente da mineração. O senhor Antunes pediu a fala para destacar que na FLONA do Amana foi considerada uma zona de uso restrito na área de um empreendedor de mineração. Ele disse que no caso da APA, o MPF está intervindo em questão de competências sobre o licenciamento, e que o medo é que licitações sejam canceladas judicialmente (como aconteceu em outras UCs da região devido a presença de indígenas). Segundo ele a demarcação de Terras Indígenas já foi feita e que o marco temporal para essa questão é 2006, e que após isso, nada deve ser incluído. Devendo-se respeitar a área da Reserva Garimpeira, e dos moradores anteriores a criação da APA, observando o artigo 3º do decreto de criação da UC. Gino, da COOPTAP, trouxe propostas da comunidade Água Branca (em que usaram o perfil de desenvolvimento mineral da comunidade): estabeleceram cinco áreas para o zoneamento. Segundo ele, 80% das áreas usadas para mineração na comunidade são reutilizações de áreas já exploradas anteriormente. O GT do setor madeireiro disse que solicitaram os *shapefile* para órgãos competentes para criar as propostas de normas, mas ainda não obtiveram respostas. Disse que iriam entregar suas propostas nas próximas semanas. Ele disse que o processo de Plano de Manejo madeireiro é complicado (devido questões fundiárias, por exemplo), pois a legislação pode mudar a qualquer momento e que a fiscalização é feita ao longo de toda a cadeia de produção. Ele disse que a APA do Tapajós tem aptidão para a exploração florestal, devendo a mesma estar inteira disponível para isso. Ele destacou que seria possível fazer o licenciamento de plano comunitário de manejo florestal, mas isso precisa de organização e iniciativa das comunidades. Ele disse que a vantagem pode ser que haja retorno para a comunidade em forma de infraestrutura, como estradas utilizadas para o escoamento da produção. Ele reiterou que não dá para delimitar uma área e que a APA inteira deve ser destinada para atividades mistas (garimpo, mineração, pecuária, agricultura, madeireiro, etc.) A comunidade Cuiu-Cuiu representada pelo Senhor Vieira pediu que Luciane e Guilherme venham a ir à comunidade para auxiliar na proposta de zoneamento. Pediu ainda para registrar que o garimpo nova aliança tem desejo de plantar cacau em suas áreas. Gilson, advogado, da BRAZAURO, disse que ainda estão consolidando as propostas e que entregarão em breve (juntamente a SERABI). O representante do SIMASPA (sindicato dos madeireiros da Região Oeste do Pará), alertou para que não fiquem poucas áreas disponíveis dentro do zoneamento para a atividade madeireira se referindo a FLONA de Carajás. Lembrou que os presentes representam dezenas de milhares de pessoas, devendo ser melhor representados no processo. O representante da MAGELLAN o Senhor Ruari disse que estão há anos na região do Cuiu-Cuiu e que não é interessante criar alguma zona restritiva à atividade mineral, pois há muito potencial na APA. Ele disse que a atividade das empresas de mineração está mais concentrada na APA norte, devido a facilidade de acesso. Segundo ele, há um acordo da empresa com a comunidade (condomínio Cuiu-Cuiu) e essa pode ser uma área para aqueles que não conseguem licenciar a atividade de mineração. Uma parte do projeto foi cedida totalmente, sendo passada para uma cooperativa, facilitando o processo de licenciamento da atividade. O senhor Brandão, da comunidade Pistinha pediu para

participar do GT das comunidades. E Arthur, da Ganagold, disse que quer participar do GT de mineração. Karoliny, da comunidade Cabaçal, e o senhor Antunes (representando as comunidades Cabaçal, Boca do prata, Castanheira, Alto Alegre e a aldeia Nova Vida) trouxeram propostas do GT de comunidades. O senhor Antunes disse que essa região faz divisa com a terra indígena Munduruku, e já que foi proibida a mineração na TI, deve-se observar o risco para os indígenas que fazer a mineração na APA caso a atividade seja proibida nessa zona. Assim, segundo ele, a Reserva garimpeira deve ser mantida em sua integridade. Karoliny, complementou que a comunidade vive 100% do garimpo e que as necessidades da população pode ser comprometida caso atividade seja proibida. Assim, a proposta é que o garimpo seja mantido na região dessa comunidade, podendo ser complementada por outras atividades. Amaro, da FECOGAP, destacou que pelo Serviço Geológico do Brasil-CPRM a APA do Tapajós não foi “mexida” nem 10% do potencial mineral. Ele pediu apoio para que todos se unam para se manter as zonas de atividade de produção, pois foi o que sobrou da Reserva Garimpeira. Às 12h20 foi feito o intervalo do almoço, retornando às 14h. Dando continuidade aos trabalhos, Gleison convidou o senhor Aloisio da comunidade Bom Jardim veio falar sobre a associação dos madeireiros autônomos. Ele disse que a sua classe está preocupada com a situação da dificuldade para legalizar a atividade madeireira na região dos municípios perto da BR163, e que os municípios da região perdem em arrecadação por isso. No entendimento deles, com a Regularização Fundiária e o Plano de Manejo da APA, pode haver uma solução para esse problema. Ele disse que há necessidade de qualificar as populações da região para executar projetos de manejo florestal comunitário. Além disso, ele disse que seria importante que as comunidades cobrem as empresas “de fora”, que ganharam as licitações de concessão florestal, para dar uma devolutiva para a região (recursos e empregos). Ele destacou a importância de se fazer portos nas margens do Rio Tapajós e estradas ligadas a eles para escoar a produção, e viveiros de mudas para recuperar áreas degradadas. O senhor Antônio, da AGEFRIN (agricultura e pecuária) falou sobre a importância de realizar a Regularização Fundiária para se permitir o manejo florestal privado (que seria mais vantajoso que um esforço coletivo). Ele falou que a Gleba Marupá (do ITERPA) está apta para a regularização fundiária. Ele destacou que na Comunidade Patrocínio, alguns agricultores familiares já entraram com pedido de regularização fundiária. Ele pediu que as comunidades se esforcem no mesmo sentido, pois tudo ficará mais fácil. Em seguida, Gleison fez um resumo das cinco propostas de zonas já trazidas até o momento. Assim, foi proposta zona populacional (destinada a abrigar as populações residentes na UC, bem como áreas candidatas à expansão dessa ocupação), zona de produção (agricultura, pecuária e florestal, onde é permitido atividades de produção com o devido regramento), zona de urbana-industrial (garimpo e mineração, que abrange regiões com alto grau de intervenção), zona de uso comunitário (onde os recursos são ou podem ser utilizados pelas comunidades) e zona de uso restrito (como no caso de São José e Porto Rico, que seria feitos apenas uso direto de baixo impacto, pesquisa, visitação e etc.). Em seguida, Gleison apresentou o roteiro metodológico para a construção de plano de manejo. Gleison pediu que todos reflitam se as cinco zonas propostas até o momento representam a APA do Tapajós e se mais alguma modalidade deveria ser incluída. Nesse momento, a servidora Lilian (da Coordenação Geral de Plano de Manejo-COMAN, e supervisora do processo), lembrou que desde 2016 o ICMBio vem trabalhando na padronização das diferentes zonas de um Plano de Manejo. Ela destacou que seria necessário ter uma zona de manejo florestal, onde a exploração seria regulada de acordo com a entidade responsável pela terra (federal ou estadual). Ela esclareceu também que o manejo florestal comunitário também pode ser feito com populações não tradicionais. Ela destacou que os critérios específicos de uso dos recursos em cada zona devem ser definidos, devendo-se considerando a capacidade de suporte da UC. A servidora Lívia questionou à Lilian qual seria a zona certa para incluir as pistas de pouso. Lilian respondeu que há a demanda de se regulamentar essas pistas, mas as mesmas podem estar acomodadas em diferentes zonas da UC, mas isso precisa ser melhor discutidos. Pedro, da COOPERTRANS, questionou se o garimpo entraria na zona de produção, uma vez que o mesmo está previsto apenas na zona urbana-industrial. Lilian respondeu que a APA Tapajós é um situação especial, uma vez que a atividade de garimpo está dispersa ao longo da UC. Ela continuou que a questão precisa ser avaliada, podendo ser permitido o garimpo nas zonas de produção. Vieira, representante do condomínio Cuiu-Cuiu, sugeriu que o mapa de disponibilidade de ouro da CPRM seja um norte para definir as zonas de mineração e garimpo, que o setor madeireiro possa explorar nas múltiplas regiões da APA e que as pistas de pouso sejam deixadas onde estão, pois a localização é estratégica para situações importantes, como de saúde. Ele também destacou a importância de se municipalizar as vias de acesso terrestre, questionando o que o ICMBio está fazendo a respeito dessa questão. Lílian disse que os diferentes usos da UC podem ser permitidos (garimpo, mineração, exploração madeireira, pistas de pouso, ramais e etc.), mas com o devido regramento. Lílian destacou que é importante que se atente à questão fundiária. Sobre as pistas de pouso, é preciso que haja o licenciamento e a homologação, pois ajudam a atender às necessidades da população local e de gestão da UC. O ICMBio estará acompanhando o processo de homologação. O senhor Antunes destacou que ICMBio colaborou no processo de licenciamento e

municipalização da estrada do Tocantinzinho. Sobre a questão minerária, ele disse que toda a área da APA está sobrepostas por pedidos de lavra garimpeira. Ele pediu que todo tipo de atividade minerária seja permitida onde se sobrepõe a Reserva Garimpeira, observando o artigo terceiro de criação da APA do Tapajós, pois não haveria conflitos de uso. Lilian disse que foi uma demanda das comunidades que se tivesse uma zona específica para garimpo, para que as mesmas tenham o mesmo direito que as grandes mineradoras. Livia destacou que o objetivo da APA é ordenar o uso, e que isso é feito por meio do estabelecimento de zonas. Assim, não há uma zona onde “pode tudo”, devendo todas ter o devido zoneamento e ordenamento. Livia complementou que essa é a primeira vez que o ICMBio vai fazer um plano de manejo permitindo mineração e garimpo na mesma UC, logo muitas regras que ainda não estão no “cardápio” poderão ser criadas dadas as especificidades da APA. Livia pediu que todos se preparem devidamente para a oficina do Plano de Manejo para que essas normas sejam construídas de maneira que contemplem melhor as necessidades. Guilherme, questionou os casos em que uma propriedade particular (já que a APA inteira já está dividida em propriedades) haja potencial para diferentes usos e eventualmente diferentes zonas. Segundo ele, um macrozoneamento pode não contemplar a necessidade do dono da terra. Uma zona mista, segundo ele poderia resolver essa questão. Segundo ele, quem deve permitir a lavra no subsolo é o superficiário e que uma zona não vai impedir que uma atividade divergente continue a acontecer. Heitor, do CPRM, complementou que já foi feito um mapeamento previsional dos depósitos de minerais (incluindo aptidão ao ouro) na região do Tapajós, e que isso pode auxiliar na definição das zonas de garimpo e mineração. Arthur, da Ganagold disse que a reserva garimpeira deve ser o guia para a definição dessas zonas, pois já foram emitidas diversas PLGs e que isso gera custos (sendo direitos minerários constituídos). Ele disse que é importante regulamentar a atividade, pois isso pode afetar a venda de ouro na União Europeia. Luciane, questionou com a ANM está fazendo leilão de áreas para emissão de licença de mineração e o ICMBio quer fazer o zoneamento? Gleison respondeu que o ICMBio fez uma consulta jurídica para a Procuradoria Federal do ICMBio sobre a questão dos direitos do superficiário. A resposta foi que o ICMBio não tem papel nesse processo, e que a questão de consulta ao superficiário deve ser prevista no processo de licenciamento e concessão do direito de exploração do subsolo. Lilian complementou que é necessário estreitar as relações com a ANM, bem como com outros órgãos. Além disso, Lilian disse que as normas para esses usos diferentes da mesma áreas devem ser incluídas no Plano de Manejo. Bruno Matos, Coordenador da UNA, disse que nesse momento não estão sendo tomadas decisões definitivas. O momento para isso será a oficina do Plano de Manejo. Além disso, Bruno alertou que não se deve fazer um zoneamento que inviabilize a gestão da UC, devendo o mesmo garantir a proteção dos recursos da unidade e os direitos básicos. Além disso, como ainda não se tem informações completas e concretas sobre a UC (como áreas de propriedades privadas), preciso ter cautela no zoneamento. Gleison lembrou que durante as reuniões realizadas nas comunidades (07/2022), a ANM foi sugerida como entidade a ser incluída no processo. O convite tem sido feito desde então, bem como o CPRM. Sendo que a ANM compareceu apenas nas reuniões setoriais realizadas em setembro. No entanto, não estão presentes na presente reunião (a superintendência de Belém enviou a justificativa da falta de voos). Assim, Gleison pediu que as entidades presentes ajudem a pedir a participação da ANM. Maurício Santamaria (on-line), coordenador regional do ICMBio (CR Oeste) em Santarém, agradeceu a presença de todos e a equipe técnica do ICMBio. Maurício ressaltou que todo o processo será feito de forma participativo e que é prioritário para o ICMBio, devido a necessidade de se ordenar o uso da APA. Nesse momento, Gleison agradeceu as propostas de todos, informando que o ICMBio pode disponibilizar alguns mapas impressos para facilitar a construção das propostas de zoneamento. Houve uma discussão sobre a data da oficina e entrega das propostas de zoneamento. Ficou como proposta prévia a semana de 22 a 26 de maio de 2023 para a realização da oficina, e o dia 07 de maio para o envio das propostas de zoneamento. Amaro pediu que o ICMBio traga as propostas da ANM caso ela não compareça. As 16h20 foi feita uma pausa para o *coffe-break*, retornando às 17h. No retorno, foi iniciada a consolidação da lista de participantes da oficina do Plano de Manejo. Como o método da oficina é planejado para até 25 participantes, foi proposto negociar o número de participantes entre os representantes das 42 entidades propostas para o conselho (incluindo o ICMBio). Lilian disse que devido às características da APA, foi negociado junto a COMAN uma oficina com 40 participantes, mas que o uso do tempo seria diferenciado (todos devem ser ouvidos, o espaço deve ser confortável, não se busca trabalhar para além das 18h). Lilian destacou que faltou a participação de especialistas do setor de educação e pesquisa nas propostas do zoneamento. Lilian recomendou que todos busquem consolidar bem as propostas até o momento previsto para a entrega. Gleison lembrou as instituições indicadas para participar da oficina, entre entidades públicas e a sociedade civil. Vieira, do condomínio Cuiu-Cuiu solicitou a inclusão da cooperativa recém criada junto à comunidade. Arthur solicitou a inclusão de Gana Gold. Mário solicitou a junção da comunidade do rato com a cooperativa. Gelson alertou que não há nenhum órgão público de novo progresso, solicitando a inclusão da Câmara dos Vereadores e da prefeitura do referido município. Igor, do Marupá, solicitou a divisão do Marupá em Marupa 1 e Marupá 2,

para melhor representar os interesses das comunidades dessa grande região. Foi pedido para incluir as comunidades Boca do Prata e Pistinha. O Movimento Garimpo Legal também pediu a inclusão de uma cadeira, bem como a OAB. Como o número de cadeiras estava aumentando, Gleison sugeriu que se fizessem oficinas para consolidar melhor as propostas de cada entidade para então reduzir o número de cadeiras. Lílian trouxe a sugestão de se fazer a transmissão da oficina, mas com a devida permissão de uso de imagem (necessitando ver se há algum impedimento jurídico), permitindo a participação de um número maior de ouvintes na oficina. A maioria dos participantes concordaram com proposta, desde que não gere ônus para quem estiver participando pessoalmente. Lívia sugeriu que se eleja os representantes a partir dos grupos de trabalho. Lucas, do Instituto do Mineral do Tapajós, pediu que se oficiasse a participação de todas as entidades interessada, se comprometendo a colaborar com a organização das falas na oficina, pois as mesmas estarão representando os interesses de muitas pessoas. Solicitou ainda que fosse consultada a disponibilidade de cada entidade em participar, e a partir das respostas, definir o número de cadeiras. Lílian sugeriu fazer uma oficina mais “enxuta” e levar a uma devolutiva da primeira versão de normas para cada zona para as entidades. O senhor Gino lembrou que o processo de refinamento dos participantes já está sendo feito a um certo tempo. Gleison lembrou que muitas vezes o convite e a logística de mobilização de um participante são feitos, mas a pessoa não comparece. Assim, ficou como encaminhamento consultar a disponibilidade de cada entidade em participar da oficina, por meio de um ofício até o dia 02 de março (com prazo de duas semanas 16/03/2023 para responder) e, a partir das respostas, definir o número de cadeiras. Além disso, Gleison continuou, caso não haja resposta, será considerada como uma recusa em participar. A proposta foi aceita pelos presentes. Gleison ressaltou a importância de se enviar o ofício para que tudo fique devidamente registrado, mas as confirmações podem ser feitas por *Whatsapp*. Todas as respostas, ou a ausência delas serão devidamente registradas. Caso todas as entidades manifestem interesse, deverá ser pensada, e uma negociação será feita de forma participativa. Carolina informou que foram poucos ofícios de convites aos conselheiros foram respondidos. Carolina também ressaltou a importância de se enviar os bilhetes para concluir a prestação de conta dos conselheiros. **Ficaram os seguintes encaminhamentos:** Auxiliar aqueles que foram incluídos recentemente no processo de zoneamento; o dia 02/03/2023 para enviar o ofício de convite e responder até o dia 16/03; trazer as demandas dos grupos que representam; responder o ofício de indicação de conselheiros após o ofício da oficina para evitar confusões; e enviar para o ICMBio Sede a proposta de transmissão ao vivo da oficina. Gleison ressaltou que a Pussuru informou que não trouxe propostas de zoneamento para o GT de povos indígenas e populações tradicionais devido à característica de tomada de decisão do povo Munduruku. Gleison disse que, para que o processo não seja contestado judicialmente em outro momento, é importante incluir a representação indígena. Foi questionado o prazo para a publicação do Plano de Manejo. Gleison explicou o rito pós oficina e Lílian disse que esse tempo costuma variar (podendo durar aproximadamente seis meses). Todos concordaram que neste momento devido ao horário, a presente ATA seria assinada apenas pela relatora e a Coordenadora da UNA-Itaituba. Por fim, a ata foi lida e aprovada pelos presentes às dezenove horas e onze minutos. Por ser verdade, eu, Jôine Cariele Evangelista do Vale, secretária ad hoc, lavrei a presente ata. Certifico e dou fé.

CAROLINA DE NAZARÉ ALEIXO FIDELLIS MARCELINO

Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA DE NAZARE ALEIXO FIDELLIS MARCELINO, Chefe de Serviço**, em 27/02/2023, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joine Cariele Evangelista do Vale, Analista Ambiental**, em 27/02/2023, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Figueiredo Lima, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 27/02/2023, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gleison Magalhães Freitas, Analista Ambiental**, em 27/02/2023, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Saraiva Dias, Técnico Ambiental**, em 27/02/2023, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Haubert Ferreira Coelho, Analista Ambiental**, em 27/02/2023, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Ferrer, Técnico Ambiental**, em 27/02/2023, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **13704110** e o código CRC **7EED3EE0**.



Criado por 80336094272, versão 3 por 80336094272 em 27/02/2023 16:15:01.